

57

MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA

Número 5

Ano II

Setembro 1958

12 PROBLEMAS CONCRETOS

1. O Escritor

ENUNCIADO: como poderá o escritor adquirir os meios de exercer a missão superior que lhe cumpre?

DIFICULDADES: o escritor é um homem pobre. O homem rico não escreve, assina. Em consequência, os detentores dos poderes sociais menosprezam de tal modo a actividade intelectual, que a consideram inferior à actividade manual, pela simples razão de esta ser visível e mensurável, o que se reflecte na injustiça da

DIFICULDADES: todos os instrumentos de cultura estão nas mãos de poderosas empresas particulares ou de abstractos organismos de Estado; toda a vida cultural, enquadrando-se em interesses comerciais e em actividades políticas, favorece o estado de menoridade.

SOLUÇÃO: rigorosa legislação das empresas industriais e comerciais que negociam com as obras de cultura; renovação estrutural dos critérios usados nos prémios literários; abandono total pelo Estado, de qualquer intervencionismo favorável ou desfavorável nas correntes de pensamento filosófico, literário ou estético.

as instituições oficiais e empresas particulares nos domínios referentes à liberdade de expressão.

4. A maioria intelectual

ENUNCIADO: como poderá o homem atingir a maioria intelectual?

DIFICULDADES: predominio da mentalidade que atribui ao homem deficiências completas e irremovíveis de esclarecimento e alvêdrio e o considera condenado a to-

tico, sendo os professores funcionários do Estado ou empregados de instituições particulares de educação. A entrada faz-se por uma porta muito baixa, que obriga os pretendentes a curvar a cerviz; a ascensão faz-se por um processo de provas consecutivas, os exames e os concursos, que não garantem a criação espiritual no arquétipo do mestre, mas sim o passividade intelectual, cultivada pela sujeição a programas uniformes e juris interessados na manutenção do «statu quo» funcional. Por outro lado, são diminutos os investimentos financeiros na educação nacional, ao lado dos investimentos muito superiores da Defesa, da Economia ou das Obras Públicas. Isso

6. Os alunos

ENUNCIADO: como transformar os alunos em discípulos, ou seja, os estudantes pela vontade, em estudantes pelo espírito?

DIFICULDADES: de novo, o sistema burocratizado e os professores-funcionários; em vez de se propiciar a atracção do aluno, promove-se a sua repulsão. O curso torna-se para o aluno um longo e torturante sacrifício, que faz da infância e da adolescência um verdadeiro horror mental. Não há tempo para

DA CULTURA PORTUGUESA

respectiva remuneração. Os que não escrevem não cessam de maquinar impedimentos de toda a ordem aos escritores. Para mais, esta situação é mantida pela opinião pública que, formada pelos literatos, aceita o falso romantismo de escritor crucificado.

SOLUÇÃO: participação equitativa do escritor nos lucros da empresa editora — de livros ou jornais — de tal forma que o actual regime da literatura como artesanato seja substituído pelo da literatura integrada no regime da indústria.

2. Os movimentos culturais

ENUNCIADO: como aproveitar os movimentos culturais espontâneos, sem os quais não pode haver progresso espiritual?

3. A liberdade de expressão

ENUNCIADO: como promover praticamente o exercício da liberdade de expressão, consignado na Constituição da República Portuguesa?

DIFICULDADES: desconfiança na educação individual e no espírito cívico, não só dos que se exprimem publicamente, mas também nos detentores dos órgãos pelos quais eles se exprimem; actuação constante do espírito de maledicência e da crítica destrutiva entre os particulares; permanência consequente do regime de censura oficial e exercício de censuras particulares por parte dos donos das empresas editoriais, teatrais ou cinematográficas.

SOLUÇÃO: criação do Estatuto do Escritor, do Dramaturgo e do Cineasta, o qual se sobreporá a todas

das as formas de menoridade humana e intelectual, nomeadamente o sofrimento e a ignorância. Existência de legislações, instituições e organizações burocráticas que actuam nas zonas de liberdade e de espiritualidade que são próprias do homem e que lhe negam, ao colocá-lo em forçada situação de menoridade.

SOLUÇÃO: imediato reconhecimento de que dois milénios de civilização cristã, de evolução civilizacional e de progresso científico já deram ao homem a plenitude de ser senhor de si mesmo e de atingir a sabedoria.

5. Os professores

ENUNCIADO: como obter a transmutação dos professores, erguendo-os de funcionários a mestres?

DIFICULDADES: o ensino é organizado como um sistema burocrá-

explica em parte o pequeno número de professores, que não corresponde no entanto a um diminuto número de valores reais.

SOLUÇÃO: reforma total do sistema; escolha pela qualidade individual, pela originalidade da inspiração e pela vocação; abolição dos exames e dos concursos; admissão imediata de mestres não doutorados e até não licenciados, que deram já provas práticas de Docência em outro ramo de ensino, ou cujo valor se impõe pela actividade intelectual exterior ao sistema, expressa em livros, publicações e conferências. Substantial aumento dos investimentos na educação, de forma a que cada mestre tenha um máximo de 10 a 12 discípulos, mesmo em detrimento de outros sectores, onde a tarefa é sem dúvida menos urgente. Estudo de novas formas arquitectónicas relacionadas, com a didáctica moderna e nacional que se impõe como solução aos mais graves problemas da vida portuguesa.

o jogo e para o ócio, num momento em que o espírito atravessa a sua mais aguda fase de expansão. A prova pelo exame destrói os melhores valores do jovem; afasta-o da meditação individual, do desenvolvimento de uma vocação, do descobrimento da sua verdade interior. Só há lugar para a repetição mediante das noções positivas pela memória e pela tensão da vontade. Se a educação é uma luta, fracassa no essencial. Fornece diplomas, faz técnicos, mas esquece-se de formar homens.

SOLUÇÃO: abolição dos exames; substituição dos programas únicos pela educação individual, segundo a vocação de cada um; escolha prévia das vocações, por determinações psicológicas na infância e na primeira adolescência; consideração das qualidades diferenciais nos métodos educativos: o sexo; o carácter; o tipo familiar. Colocação da arte filosófica no centro de todo o labor educativo. De um modo ge-

ral, estímulo do espírito para a criação, em vez de para a mnemonização.

Reforma dos métodos didácticos para maior aproximação de alunos e professores. Finalmente: a partir dos dezasseis anos, acesso dos alunos ao governo das escolas superiores com a possibilidade da escolha pessoal dos mestres, dos temas a estudar e das teses a preparar.

7. A cultura no Ultramar

ENUNCIADO: como alargar a unidade política dos territórios portugueses e uma efectiva unidade cultural?

DIFICULDADES: escassa penetração do ensino em todos os territórios; deficiente penetração do livro de autor português; grande difusão de publicações estrangeiras e de livros traduzidos; existência, ainda, de muitos núcleos que não falam a nossa língua.

SOLUÇÃO: pronto alargamento do sistema educativo a todo o território português, nos moldes exactos da metrópole, isto é, com um primeiro período de obrigatoriedade e com facilidades de acesso às modalidades superiores; progressiva instituição de escolas técnicas; criação de Universidades em Luanda, Lourenço Marques, Goa ou Macau, para começar. Medidas tendentes a proteger a expansão do livro de autor português, com a criação de Institutos ou Delegações para a sua divulgação. Envio imediato de professores a todos os núcleos onde ainda se não fale o português.

8. O fortalecimento da unidade portuguesa

ENUNCIADO: como fazer baixar as barreiras ráticas que, apesar de tudo, ainda existem entre portugueses?

DIFICULDADES: embora o português não seja fundamentalmente racista e até se superiorize neste aspecto à maioria dos povos europeus, a proximidade de nações, províncias ou colónias em que as barreiras raciais estão reconhecidas e legalizadas, exerce pernicioso influência sobre muitos portugueses. Por outro lado, proprietários e industriais de origem metropolitana favorecem a situação de inferioridade dos portugueses de cor, em nome dos seus interesses egoístas.

SOLUÇÃO: reconhecimento, sem formalidades, da nacionalidade portuguesa a todos os indivíduos nascidos em qualquer dos nossos territórios. Equiparação gradual, à face da lei, entre os nacionais portugueses de todas as extracções ráticas. Promulgação das leis e dos diplomas, necessários para que esta equiparação, sem a qual não há justiça verdadeira e se atraição a nobre causa de fraternidade universal, ve-

nha a realizar-se integralmente e sem sofismas, nos planos político, cultural e social.

9. O historicismo

ENUNCIADO: como evitar que a expressão espiritual, livre, activa e criadora, seja constantemente degradada em história?

DIFICULDADES: a redacção do ensino a formas historicistas é um dos meios utilizados pelos professores para escamotear e sofismar os problemas actuais e a expansão do pensamento dentro dos quadros do aqui-agora. Além disso é mais fácil reproduzir teorias sobre um passado inócuo e inofensivo, do que meditar sobre as circunstâncias ardentes do nosso espaço e do nosso tempo. Este método de anulação reflecte-se na vida e os homens de hoje sabem melhor julgar o passado morto, do que actuar sobre o presente vivo. Historicismo não é evidentemente sinónimo de tradição. Esta é um movimento de actualização no tempo, enquanto aquele representa um intento escondido de desactualização.

SOLUÇÃO: eliminar por completo do nosso ensino as inúteis disciplinas de história. Ensinar, por exemplo, não a decorar nomes e teorias sintetizadas, mas simplesmente a filosofar. É evidente que há grandes obras de antiguidade que mantêm o seu valor actual. A sua selecção far-se-á, portanto, pela actualidade. Nunca pelo desejo vasio e erudito de historiar. Quanto à História de Portugal ou à História da Europa, só através do estudo de obras épicas como «Os Lusíadas», «A Ilíada», «A Divina Comédia», «A Mensagem», «Jerusalém Libertada», «Dom Quixote», etc., ou seu significado poderá ter pleno realce e conteúdo espiritual para os jovens. Porque a história ganha então a dimensão mítica, poética e filosófica que a torna uma fonte de conhecimento e de vida. A poesia é mais verdadeira do que a história.

10. O voluntarismo

ENUNCIADO: como substituir o homem da vontade pelo homem da verdade?

DIFICULDADES: toda a nossa vida social está baseada na vontade e não há provérbio mais universalmente aceite do que o «querer é poder». Os conceitos de *estudo*, de *exame*, de *disciplina*, de *ambição*, de *luta*, de *vitória*, de *domínio* prevalecem absorventemente num mundo perturbado que *quer*, mas não *sabe*. Nestas condições, a ascensão de uns é a queda dos outros, a felicidade de uns é a angústia dos outros, a riqueza de uns é a pobreza dos outros, a liberdade de uns é a escravidão dos outros.

SOLUÇÃO: restabelecimento da hierarquia que subordina a vontade à verdade, isto é, primado da filosofia sobre a política. Substituição cuidadosa, no ensino e na vida pública, dos conceitos ligados exclusivamente à vontade, pelos conceitos que asseguram o progresso espiritual numa dinâmica da verdade. Em vez do estudo, a *criação*; em vez do exame, a *relação mestre-discípulo*; em vez da disciplina, a *ética* derivada do acordo íntimo entre a subjectividade e os valores espirituais, entre a liberdade e a responsabilidade de existir; em vez da ambição, a *expressão* das virtualidades e das potencialidades implícitas; em vez da luta, a *viagem*; em vez da vitória, o *descobrimento*; em vez do domínio, a *fraternidade universal* entre todos os compatriotas e entre todos os homens.

Não digamos mais *querer é poder*, mas sim *saber é ascender*.

11. O Literatismo

ENUNCIADO: como será possível conseguir que os escritores abandonem o vício literalista e substancializem a sua missão vital?

O estudo comparativo das constituições políticas que foram promulgadas depois da primeira guerra mundial (1914-18) mostrar-nos-á nitidamente que os princípios individualistas e contratualistas de Locke, Kant e Rousseau sofreram uma regressão no século XX para darem lugar às doutrinas estruturais da família, do trabalho e da corporação, que haviam sido colocadas como que fora do direito público no decurso do século XIX. Em vez da antinomia entre uno e o múltiplo, entre o átomo e a massa, entre a vontade individual e a autoridade social, ressurgiu na mente dos juristas a certeza de que a liberdade humana só poderia ser garantida pelo vínculo orgânico das instituições tradicionais. Factor de volta, de revolta ou de revolução às antigas tríades da filosofia política parece ter sido a desvinculação característica do proletariado contemporâneo; mas para além das pareências ou das aparências há as fundas razões do processo mundial. Não basta, pois, apontar um só factor para descrever uma operação sociológica, é muito menos para explicar a transformação mental dos agentes implícitos na evolução histórica. A concorrência e a convergência das causas não se desenham de igual modo em cada povo e em cada época, configuram mais combinações várias que o estudioso compara antes de dar por tinto o processo investigativo.

Da leitura de várias notas superficiais sobre as fontes doutrinárias da «Constituição de 1933» fomos-nos dando conta de que os respectivos autores omitem ou minimizam a influência da filosofia de Hegel no ambiente português contemporâneo. Depois, fomos verificando que até em lições de direito constitucional, publicadas com licença dos professores universitários, a referência directa ou indirecta à obra de Hegel vem prejudicada por outra bibliografia. Sem apreciar os métodos positivistas do ensino público, lamentamos que aos licenciados em direito, destinados para funções políticas, administrativas e burocráticas, não costumem ser prestadas noções suficientes acerca da filosofia implícita nas instituições que vão servir; mas confessamos também que é difícil qualificar sem injúria a atitude hostil de alguns escritores contra a verdade histórica do que o pensamento de Hegel, já respeitado por Alexandreerculano, teve entre nós várias aplicações de ordem cultural. Este defeito pode ser em grande parte atribuído aos escritores do «Integralismo Lusitano» que omitiram a filosofia de Hegel para melhor pôrem em evidência o antiliberalismo de Augusto Conto. De certo

DIFICULDADES: no ambiente de desorientação espiritual em que triunfa o positivismo e a ficção idealista da impossibilidade do conhecimento, os intelectuais refugiaram-se: psicologicamente, na ambição do triunfo e da glória, com todo o seu cortejo de vaidades, despeitos e maledicências; artisticamente, na exclusiva preocupação formalista, segundo cânones espirituais pensados por outrém e aceites por imposição das modas, dos hábitos mentais e dos lugares comuns do ambiente social. Tudo isto, no plano psicológico como no plano artístico constitui aquilo a que se chama o «litteratismo» e se torna num verdadeiro obstáculo à progressão espiritual.

SOLUÇÃO: sendo a actividade intelectual essencialmente livre e individual, não há aqui solução legislativa ou política, mas apenas se pode esperar que os pensadores, críticos e escritores mais conscientes, nas suas apreciações públicas e na sua influência privada, empreendam uma campanha de defesa e afirmação do que é realmente substancial na obra literária: a relação da mensagem artística com a verdade, a originalidade da ideia, a força animica e a mestria expressional postas ao serviço da realização de um plano superior de redenção humana.

12. A desnacionalização da vida cultural

ENUNCIADO: como impedir a presente desnacionalização da vida cultural portuguesa?

DIFICULDADES: a adopção generalizada, e sem meditação prévia de um conceito abstracto da universalidade do espírito, tem como resultado, não a universalidade da cultura, o que é rigorosamente impossível devido à condição espacial, temporal, histórica, linguística, rática, cultural em que todo o homem se situa, mas o domínio de umas

culturas sobre as outras. Assim, os que entre nós contribuem para a desnacionalização, em vez de defenderem um universalismo, são na realidade os agentes de algumas culturas circunscritamente europeias dominantes, como a francesa e a germânica, deixando de fora evidentemente culturas superiores como as orientais e outras, de coordenação radicalmente diversas; promovem consequentemente a aniquilação à nascença dos nossos valores próprios, os únicos através dos quais poderíamos de facto, contribuir para a causa universal do Homem. Uma coisa é procurar os autores estrangeiros que podem auxiliar o nosso próprio desenvolvimento, outra coisa é adoptar a atitude provinciana da desnacionalização, segundo a qual só os outros têm criações originais e que fecha os olhos a toda a originalidade real ou virtual das nossas formas culturais e existenciais.

SOLUÇÃO: reforma total dos programas de ensino das escolas, liceus e universidades, de modo a que sejam estudados os valores portugueses em todos os campos espirituais, sejam eles antigos ou modernos. Colaboração activa dos alunos numa primeira fase de investigação destes valores, a maioria dos quais parecem ser desconhecidos dos professores, que os não reconhecem oficialmente. Divisão metodológica de todas as disciplinas do ensino público em duas partes: uma, sobre a contribuição portuguesa para a respectiva ciência ou actividade mental; a outra, sobre a colaboração dos outros povos. Obrigatoriedade, para os professores universitários, de publicarem as suas ideias individuais sobre todo o temas que figuram nos seus pessoais programas de ensino. A desnacionalização parte quase sempre do desconhecimento e da ignorância quanto aos valores portugueses e também da recusa portuguesa à afirmação pessoal e responsável da originalidade virtual que cada homem traz consigo.

A FILOSOFIA

que nos será muito grato ver citados autores portugueses da categoria de um Gama e Castro de um Silvestre Pinheiro Ferreira ou de um A. de S. S. Costa Lobo, antes dos doutrinadores estrangeiros, mas na investigação da verdade importa muito mais saber em que filosofia foram aqueles publicistas haurir a sua melhor inspiração.

Supondo que o recurso às fontes seja ainda preceito válido no estudo das disciplinas de letras, aconselhamos os letrados a que estabeleçam uma tábu de correspondência entre os parágrafos da «Filosofia do Direito» de Hegel e os números dos artigos da «Constituição de 1933». O problema juridicamente resolvido pelo legislador ficará quase sempre ao lado da respectiva doutrina filosófica, facultando assim a possibilidade de refutar muitos sofismas que ainda perduram em livros correntes de direito constitucional. Deste estudo comparativo, que aconselhamos a quem ame a verdade, resultará a prova de que Hegel formulou aquela poderosa argumentação anti-individualista, anti-liberalista e anti-contratualista de que, cinquenta anos mais tarde, se serviram os autores citados nas bibliografias universitárias.

Cada artigo de uma constituição política, para ser bem interpretado juridicamente, há-de ser visto como a melhor solução de um problema apresentado no seu momento histórico. Importa, portanto, descobrir a razão pela qual a solução adoptada mereceu a atribuição de «melhor», o que, transferindo o problema da ordem positiva para a ordem normativa, apela já pela noção de *valor*. Quando, em consequência de uma revisão constitucional, é dada nova redacção a um artigo velho, diz-se que a lei melhora; mas tal melhoria será determinada e apreciada perante uma escala doutrinária de intemporal valores. Assim, a análise da nossa constituição, realizada pelos professores das Faculdades de Direito ou a realizar pelos deputados à Assembleia Nacional, revelará a substância dos valores próprios da filosofia de Hegel, por muito alteradas ou adulteradas que hajam sido nos interpostos tratados de direito público.

Afirma Hegel que cada povo tem a constituição que merece, e prova